



# **MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**

**Ata da 22ª Reunião Ordinária do Pleno do CRT**

**Ata da ordem do dia 17 de março de 2015**

**Brasília – DF**

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

### Ata da 22ª Reunião Ordinária do Pleno do CRT

**Data:** 17/03/2015

**Local:** Ministério do Trabalho e Emprego – Bloco F – Edifício Sede – Sala 433

1 Aos dezessete dias do mês de março de dois mil e quinze teve início a 22ª Reunião Ordinária do  
2 Pleno do CRT, sob a Coordenação do Sr. Manoel Messias Nascimento Melo – Secretário de  
3 Relações do Trabalho. Estiveram presentes os seguintes participantes: Adriana Rosa dos Santos,  
4 Representante do GM/MTE; Alex Sandro Gonçalves Pereira, Representante do GM/MTE; Paulo  
5 Sérgio de Almeida, Representante da SIT/MTE; Sinara Neves Ferreira, Representante da  
6 SPPE/MTE; Danielle Kineipp de Souza, Representante da SPPE/MTE; Carlos Arthur Barboza,  
7 Representante da SRT/MTE; Eudes da Silva Carneiro, Representante da SRT/MTE; Mauro  
8 Rodrigues de Souza, Representante da SRT/MTE; Magnus Ribas Apostólico, Representante da  
9 CONSIF; Gabriela de Britto Maluf, Representante da CONSIF; Adriana Giuntini, Representante da  
10 CNT; Pablo Rolim Carneiro, Representante da CNI; Luigi Nese, Representante da CNS; Alexandre  
11 Venzon Zanetti, Representante da CNS; Rafael Ernesto Kieckbusch, Representante da CNI;  
12 Marcello José Pinho Filho, Representante da CNI; Alain Alpin Mac Gregor, Representante da  
13 CNC; Cristiano Zaranza, representante da CNA; Willian Soares de Oliveira, representante da  
14 CNCOOP; João Adilberto Pereira Xavier, representante da CNS; Danilo Piva Junior, representante  
15 da CNTUR; Pascoal Carneiro, Representante da CTB; Jacy Afonso de Melo, Representante da  
16 CUT; Pedro Armengol de Souza, Representante da CUT; Valeir Ertle, Representante da CUT; Elias  
17 D'Ângelo Borges, Representante da CUT; Luís Carlos Barbosa, Representante da Força Sindical;  
18 Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante da UGT; Sebastião José da Silva,  
19 representante da NCST; Itamar Kunert; Representante da CSB; Álvaro Egea, Representante da  
20 CSB; Lilian Arruda Marques, Representante do DIEESE; Agilberto Seródio, Representante da  
21 NCST; Paul Singer, Representante da SENAES; Adriana Michelette Brandão, Representante da  
22 SENAES; José Carlos Arêas, Representante da CTB; Bárbara Crispim; Camila Yuri Santana,  
23 Representante do DIEESE; Fernanda Giorgi, Representante da CUT; Danielle Souza, Representante  
24 da CUT; Maria Cristianna B. Carneiro, Representante da Secretaria Executiva/MTE; Admilson  
25 Moreira dos Santos, Representante da SRT/MTE; Maria Silva Castro, Representante da CUT e  
26 Natália Cassanelli, Representante da SRT/MTE. **ABERTURA:** O Sr. Manoel Messias Nascimento

27 Melo iniciou a reunião cumprimentando a todos e explanando que há menos de um mês estão  
28 negociando uma mudança na Agenda do Conselho para que essa reunião aconteça com a presença  
29 do Ministro, com o objetivo de ouvi-lo sobre os Planos do Ministério do Trabalho para o próximo  
30 período e também para fazer um balanço e uma avaliação do Conselho e discutir as prioridades para  
31 2015. Informou que enxugaram a pauta da reunião para que tivesse tempo do Ministro realizar a sua  
32 intervenção e manteve na mesma os pontos que precisam ser concluídos e dar sequência imediata.  
33 O Sr. Manoel Dias (Ministro do Trabalho e Emprego) cumprimentou a todos e elucidou que os  
34 últimos episódios decorrentes das medidas tomadas pelo Governo, especialmente no que diz  
35 respeito às Medidas Provisórias nº 664 e 665, que modificam condições para a obtenção do seguro-  
36 desemprego e do abono salarial, têm causado uma verdadeira batalha debates e discussão. Arrazoou  
37 que realizaram quatro reuniões com as Centrais Sindicais diante da insistência em não aceitarem a  
38 discussão e que possuem mais uma reunião agendada para quinta-feira. Discorreu que a partir da  
39 renomeação do Relator, realizaram uma reunião entre Governo, as Centrais e o Parlamento, a fim de  
40 se fazer a discussão dessas medidas e também mais especificamente sobre a 665 e que desde que  
41 assumiram o Ministério do Trabalho, houve a preocupação de recuperar para o Ministério do  
42 Trabalho e Emprego o protagonismo do grande debate, que deve ser desenvolvido com as partes  
43 interessadas: Trabalhadores, Empregadores e Governo. Elucidou que o Governo vive um momento  
44 de comprometimento com setores mais excluídos da sociedade e em decorrência disso praticou  
45 políticas públicas a fim de resgatá-los, de incluí-los e de criar condições para que possam aproveitar  
46 essa oportunidade e avançarem. Ponderou que existe a intensão de transformar o Conselho em um  
47 grande Fórum ou a implementação do Conselho através do Decreto 1617 e compreendeu que é  
48 necessário discutir sobre o emprego do futuro e sobre a qualificação que é um grande desafio na  
49 adoção de políticas ativas, que ampliem cada vez mais a inclusão de outros setores, especialmente  
50 da juventude. Informou que o Ministério conseguiu alguns avanços como a criação do agendamento  
51 eletrônico, da confecção *on-line* da carteira de trabalho e a implementação da informatização do  
52 Conselho de Imigração, e que lançaram a fiscalização eletrônica com o objetivo de criar uma nova  
53 dinâmica na fiscalização, principalmente na contribuição para o Fundo, e de facilitar a vida do  
54 empregador, que não precisa praticar uma série de atos e apresentar uma série de documentos. O Sr.  
55 Manoel Dias explanou que outro programa fundamental é o combate à informalidade sendo que  
56 lançarão no dia 31 de março uma grande campanha em parceria com Ministério da Saúde e da  
57 Previdência Social para combater os acidentes de trabalho e tudo o que diz respeito à segurança e

58 saúde dos trabalhadores, pois o país atingiu o pleno emprego e precisa também garantir as  
59 condições saudáveis de segurança para eles. Articulou que estão levantando os processos acabados  
60 de mais de 80 locais do Ministério do Trabalho para serem licitados e que estão trabalhando junto  
61 ao Planejamento para a realização de um concurso para 780 Auditores. Comunicou que estão  
62 elaborando em parceria com o DIEESE várias atividades e que estão estabelecendo uma Agenda de  
63 debates que será apresentada para o aprimoramento das mesas de negociações. O Sr. Manoel  
64 Messias Nascimento Melo ilustrou que no próximo mês estarão enviando às entidades participantes  
65 do Conselho os nomes que serão mantidos ou reconduzidos, porque o mandato dos atuais  
66 Conselheiros esgota-se em maio. O Sr. Pascoal Carneiro discorreu que o relato do Ministro  
67 demonstra o empenho do Ministério para atender as demandas da sociedade e entendeu que a  
68 proposição do Governo como um todo é uma relação transparente com a sociedade. Relatou que  
69 uma das críticas que realizam ao Governo é a de que a Mesa Nacional de Construção Civil deveria  
70 estar no Ministério do Trabalho, evidentemente acompanhado por outros Ministérios e intuiu que  
71 estão em um momento de fato para propor mudanças para fortalecer esse espaço. Arrazoou que a  
72 contratação de um concurso público para Fiscais do Trabalho é uma reivindicação antiga das  
73 Centrais Sindicais e compreendeu que é necessário repensarem nesse Fórum para fortalecer esse  
74 espaço. Informou que estão trazendo um documento para entregar ao Ministro que visa justamente  
75 esse fortalecimento. O Sr. Luigi Nese ponderou que está totalmente de acordo com as premissas  
76 colocadas pelo Ministro, mas lembrou que o Ministério é também do empregador. Articulou que a  
77 discussão sobre o abono salarial e o seguro-desemprego foi tratada inclusive no FAT e que gostaria  
78 que fosse convocada uma reunião para discutirem as mesmas coisas que foram discutidas na  
79 reunião, com os Ministros da Fazenda e do Planejamento, com as Confederações dos  
80 Empregadores. Com relação também à fiscalização, postulou que concorda plenamente que o  
81 Ministério está desaparelhado e entendeu que deveria convidar as entidades patronais e explicar  
82 como será essa fiscalização. Compreendeu que transformar o Conselho de consultivo para  
83 deliberativo seria um avanço importantíssimo, porque haverá mais força, inclusive, as questões  
84 aprovadas pelo Conselho teriam mais credibilidade. O Sr. Jacy Afonso de Melo parabenizou a  
85 Bancada que se reuniu de manhã e produziu o documento e intuiu que o Governo e o Ministério do  
86 Trabalho estão em busca do diálogo como um todo, sendo que é importante que seja ampliado para  
87 as outras participações. Relatou que gostaria de ter a colocação dos representantes das  
88 Confederações Patronais no debate para discutir também com outro Ministério e substancialmente

89 com os Ministérios da área econômica. Inferiu que o Presidente do Congresso Nacional deveria ter  
90 tido a mesma atitude em relação à Medida Provisória 664 e 665 e afirmou que querem exatamente a  
91 isonomia de tratamento que aconteceu posteriormente em relação à desoneração. Ressaltou que  
92 precisam pensar nos servidores do Ministério em seus planos de carreira. O Sr. Luís Carlos Barbosa  
93 discorreu que estão debatendo ao longo dos anos também sobre concursos públicos para o cargo  
94 administrativo, por entender que não adianta ter Auditores se não houver alguém que faça o  
95 trabalho interno para poder agilizar todos os processos administrativos dentro da casa. O Sr. Jacy  
96 Afonso de Melo explanou que para acabar com a precarização do Ministério foi realizado um  
97 acordo para a troca de três terceirizados por um concursado, o que acabou diminuindo a quantidade  
98 de funcionários do Ministério do Trabalho. O Sr. Luís Carlos Barbosa ponderou que o Ministério  
99 não tem mais o seu papel de protagonista na qualificação profissional, que foi dividido com outros  
100 Ministérios, e compreende que é preciso trabalhar dentro da valoração do Conselho com o diálogo  
101 social e que sejam revistos os locais próprios para que funcione o Ministério do Trabalho. Articulou  
102 que segundo os dados apresentados pelo Ministério do Trabalho, existem mais de dois mil  
103 municípios no Brasil que nunca sofreram qualquer fiscalização por parte dos Auditores Fiscais. O  
104 Sr. Alexandre Venzon Zanetti postulou que levaram ao Sr. Manoel Messias Nascimento Melo  
105 algumas preocupações com relação ao rumo que o CRT estava tomando, primeiro no que diz  
106 respeito a alguns desvios ao conceito de tripartismo que a OIT preconiza e segundo, no que diz  
107 respeito aos assuntos e temas que são trabalhados, sendo que entendem que o Conselho de Relações  
108 do Trabalho deve ser usado para uma Agenda Nacional, com assuntos que digam respeito ao  
109 tripartismo e sejam estratégicos nas relações do trabalho. O Sr. Francisco Canindé Pegado do  
110 Nascimento reforçou que o documento colocado pela Bancada dos Trabalhadores entregue ao  
111 Ministro trata sobre a valorização do setor produtivo e de todos os representantes do setor produtivo  
112 brasileiro e todas as Centrais Sindicais representando o Movimento Sindical ou Nacional, além do  
113 Ministério do Trabalho através dos seus Gestores. Compreendeu que o Ministério não está sabendo  
114 aproveitar esse espaço significativo e que o Conselho deve ser reformulado para que tenha  
115 realmente uma proposta para o país também no campo da relação capital/trabalho. Reivindicou que  
116 o Ministério do Trabalho repense a importância deste Conselho. O Sr. Pedro Armengol de Souza  
117 manifesta que o CRT está à margem dos grandes debates em relação à área do trabalho e que possui  
118 uma Agenda do Sistema Nacional de Emprego que precisa dar força. Ratificou que estão deixando à  
119 margem grandes temas e problemas que existem dentro da área do trabalho no Brasil e que precisam

120 aumentar a participação institucional de alguns setores no Conselho de Relações do Trabalho. O Sr.  
121 Manoel Messias Nascimento Melo discorreu que a Secretaria e o Conselho têm discutido sobre esse  
122 tema e que precisam definir mecanismos de soluções de outras demandas que acabam aparecendo.  
123 Explanou que precisam não apenas qualificar o Conselho para dentro do Governo e do Ministério  
124 do Trabalho, mas também construir uma forma de diálogo e de consulta entre as Bancadas e suas  
125 bases. Informou que em 2013 buscaram construir um entendimento sobre a terceirização, sendo que  
126 quase foi construído o consenso e arrazoou que nada impede que atualizem o Decreto com suas  
127 atribuições e construam uma relação do Conselho com os demais Fóruns tripartites que existem  
128 dentro do Ministério, sem relação de subordinação. O Sr. Manoel Dias explicou que no caso  
129 colocado pelo Sr. Luigi Nesse, de que os empregadores não foram chamados para as reuniões, quem  
130 coordena o debate é a Secretaria-Geral da Presidência da República e como o grupo mais afetado é  
131 o dos trabalhadores, são os mesmos que tiveram a reação maior. Discorreu que precisam ter um  
132 serviço público ágil para que não seja o gargalo que impedirá que tenham condições de realmente se  
133 transformar em uma grande potência e que possuem um grupo de trabalho se reunindo no sentido de  
134 elaborar uma proposta. Intuiu que precisam convocar os jovens para participarem do diálogo em  
135 que se sintam integrados e que é necessário fixar um prazo para discussão porque precisam  
136 responder com urgência as demandas que buscam soluções. Informou que construíram um grupo  
137 interministerial com o Ministério do Trabalho, MDIC e o Ministério da Fazenda e ponderou que  
138 elaborarão uma Agenda em conjunto que será distribuída na próxima reunião. O Sr. Cristiano  
139 Zaranza compreendeu que fortalecer a Agenda ajudaria a todos e articulou que as instituições  
140 devem tratar a Agenda do Conselho como a pauta mais importante desse Ministério, de modo a  
141 evitar as sucessivas marcações que tiveram ao longo do último ano. Postulou que precisam do MTE  
142 para tratar o Conselho como importante, com temas nacionais pautados e sobre o tripartismo para  
143 não gerar dissabores ou prejuízos na qualidade da representação. Realizou um agradecimento pela  
144 prorrogação do GT dos domingos e feriados e solicitou que sempre sejam impulsionados pelo  
145 tripartismo nos moldes da OIT e que o Governo ajude a chegar ao consenso, especialmente quando  
146 os Trabalhadores e Empregadores já tiverem um entendimento relativamente avançado. O Sr. Luigi  
147 Nese reforçou a questão da participação tripartite e compreendeu que o consenso pode ser  
148 interessante a um setor ou outro e a pauta de assuntos que serão discutidos no Conselho deveriam  
149 ser individualizadas para cada entidade chegar a um consenso. O Sr. Luís Carlos Barbosa intuiu que  
150 devem buscar o entendimento na solução de conflitos e o Sr. Manoel Dias arrazoou que está para

151 ser incluído na pauta de votação da Câmara o projeto que trata da terceirização, mas conversaram  
152 com o Relator e conseguiram que o mesmo adiasse a colocação do seu Parecer em votação para  
153 debater dentro do Conselho. Informou que está marcando uma audiência com o Presidente da  
154 Câmara para quinta-feira para estabelecer mais uma tentativa de reunir o Congresso, Empregadores,  
155 Trabalhadores e Governo para tentar encontrar um consenso nos pontos que na época não  
156 conseguiram atingir e que estão participando de várias intermediações, especialmente na área da  
157 Petrobrás e na área automobilística. Discorreu que estão rediscutindo sobre a proteção ao emprego,  
158 sendo que em 2010 a Comissão de Empregadores e Trabalhadores das Centrais Sindicais estiveram  
159 na Alemanha, onde analisaram o Programa de Proteção ao Emprego e que o Ministério do Trabalho  
160 já redigiu uma proposta e o Ministério do Planejamento está analisando, visto que por parte do  
161 Governo não há nenhuma objeção em se discutir. Ponderou que na medida em que tiver a  
162 aprovação dos Trabalhadores e dos Empregadores e a proposta atender o momento ou as  
163 necessidades do fato econômico que justificará tomar essa medida, o Governo estará de pleno  
164 acordo da sua utilização. O Sr. Pascoal Carneiro articulou que a proteção ao emprego é um tema  
165 não tão fácil entre os Trabalhadores, por envolver organização sindical na proposta que foi  
166 apresentada anteriormente. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo postulou que após essa  
167 conversa podem ter um acordo com relação ao fortalecimento do Conselho através de uma proposta  
168 de revisão do Decreto e começar a definir para a apresentação em uma próxima reunião a Agenda  
169 com temas prioritários para discussão em 2015, dentro da visão tanto da Bancada dos  
170 Empregadores, como Trabalhadores e Governo. Relatou que os temas sugeridos pelo Ministro  
171 foram a terceirização e a questão do Sistema Público de Emprego e que precisam realizar um  
172 acordo dialogando nos próximos dias para elencar os demais pontos que podem ser debatido.  
173 Explanou que para a revisão do Decreto e da seleção de temas prioritários teriam que fazer uma  
174 adaptação do atual Conselho, encerrando com algumas questões, criando um mecanismo de  
175 consulta para que as questões mais bipartites sejam informadas e revisar o Regimento. Elucidou que  
176 precisam pensar em uma próxima reunião em abril para que possam aprovar um conjunto de  
177 propostas para posteriormente apresentar ao Ministro, e informou que enviarão para todos os  
178 membros do Conselho o Decreto, a atual Portaria e o Regimento para que possam analisá-los. Os  
179 participantes debatem sobre a data da próxima reunião e decidem realizá-la no dia 16 de abril, cuja  
180 pauta será a revisão da institucionalização do Conselho e o temário prioritário para 2015. Com  
181 relação à questão do GT - Trabalho aos domingos e feriados, o Sr. Paulo Sérgio de Almeida arrazoou

182 que acompanharam o trabalho desde o início e que houveram situações mais complicadas, mas  
183 informou que as negociações avançaram no sentido de ter duas modalidades de autorização para o  
184 trabalho aos domingos e feriados. Primeiro a modalidade automática, em que a empresa e o  
185 Sindicato dos Trabalhadores através de acordo coletivo entendem que é possível ter o trabalho em  
186 domingos e feriados na forma estabelecida no mesmo. Elucidou que nessa modalidade é necessário  
187 estar bem clara a escala de revezamento em situações de atividade perigosa e devem estar  
188 estabelecidas quais são as medidas de proteção adicional que seriam tomadas. Destacou que o  
189 Ministério do Trabalho manterá a sua capacidade de avaliar situações onde possivelmente possam  
190 ocorrer problemas e de até cancelar uma autorização dada de maneira automática. Discorreu que a  
191 outra forma seria uma forma normal, em que a empresa continua necessitando fazer a solicitação ao  
192 Ministério do Trabalho quando há casos de reincidência no descumprimento de algumas normas  
193 trabalhista. Ponderou que de forma subsidiária as decisões serão tomadas no âmbito de cada  
194 Superintendência Regional do Trabalho e que, no pedido ao Ministério no caso da escala de  
195 revezamento, ficou resolvido que a mesma seria mais curta, de um descanso a cada três domingos  
196 trabalhados. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo articulou que quando é feito de forma  
197 automática aplicam-se as regras atuais do ponto de vista de escala de revezamento e quando for  
198 feito via solicitação ao Ministério, a escala seria um para três, quando não for possível resolver por  
199 negociação coletiva. Postulou que o GT colocou a necessidade de pelo menos mais uma reunião  
200 para que pudessem realizar os últimos ajustes em termo de conteúdo e redação. O Sr. Pablo Rolim  
201 Carneiro informou que ficou agendada uma reunião para o dia 26 de março com a expectativa de  
202 necessidade de realização e o Sr. Manoel Messias Nascimento Melo postulou que poderiam pensar  
203 na prorrogação até o dia 19 de abril para conclusão do GT. O Senhor Ministro concordou com a  
204 prorrogação e se retirou da reunião para participar de uma audiência. O Sr. Manoel Messias  
205 Nascimento Melo explanou que possui já agendado para a reunião de maio a discussão sobre a  
206 Economia Solidária e que precisa ter um posicionamento sobre a questão da Contribuição Sindical  
207 Urbana e Rural. O Sr. Cristiano Zaranza ressaltou que a questão da escala é um dos pontos  
208 polêmicos do GT - domingos e feriados. Com relação à Contribuição Urbana e Rural, o Sr. Manoel  
209 Messias Nascimento Melo relatou que na medida do possível manterão o diálogo para construir um  
210 texto consensual, mas não poderiam se comprometer que apenas enviariam se houvesse consenso,  
211 porque pode ser encaminhada uma determinação do TCU. Lembrou que esse grupo está trabalhando  
212 no texto de revisão de mudanças na regulamentação da Contribuição Sindical Urbana e Rural. O Sr.

213 Rafael Ernesto Kieckbusch elucidou que nos dois momentos que foram tratados esse assunto,  
214 realizaram algumas manifestações pela Bancada dos Empregadores e que na última manifestação no  
215 final de novembro para dezembro, entenderam que ainda não estavam devidamente claras e  
216 fechadas todas as possibilidades. Arrazoou que no *caput* do Artigo 5º, ainda não está devidamente  
217 claro qual é o papel do Ministério do Trabalho em relação à questão da arrecadação ou a  
218 administração da contribuição sindical. Ponderou que o dinheiro que é arrecadado possui  
219 obrigações contábeis, mas entendem que quem define a aplicação do recurso é o estatuto de cada  
220 entidade sindical e que, o Artigo 8º quando é combinado com o Artigo 5º, dá o entendimento que o  
221 procedimento da geração das guias da contribuição sindical seriam emitidas pelo Ministério do  
222 Trabalho, sendo que a Bancada dos Empregadores compreende que não seria apropriado que a  
223 emissão da guia seja responsabilidade do Sindicato, na ausência do mesmo a Federação e na  
224 ausência da Federação, a Confederação. Com relação ao Parágrafo Único do Artigo 8º, discorreu  
225 que não fica claro se poderão ser celebrados acordos, convênios e repasses, e os procedimentos de  
226 fiscalização pelo fato do Ministério receber 10% ou 20%. Existe a preocupação com relação a quem  
227 são os adimplentes e os inadimplentes em todo processo. Intuiu que essa questão é possível de ser  
228 fiscalizada e é possível de serem adotados outros mecanismos, como o e-Social que possui um  
229 formulário específico voltado às entidades empregadoras. Articulou que possuem ainda questões a  
230 serem analisadas quando a proposta for transportada para a contribuição rural e compreendeu que  
231 tem outros pontos que precisam ser atendidos que não estão claramente expressos na minuta  
232 apresentada. O Sr. Pascoal Carneiro postulou que as divergências em relação à proposta apresentada  
233 têm muita coincidência com a Bancada Empresarial e informou que no *caput* do Artigo 5º  
234 compreendem que precisa repensar e fazer alguma ponderação de alteração, porque como está cabe  
235 a administração de toda a contribuição sindical urbana e rural ao Ministério do Trabalho. Com  
236 relação ao Parágrafo Único do Artigo 8º, relatou que defendem a Caixa Econômica Federal.  
237 Explanou que outra divergência é com relação ao §4º do Artigo 10, por não entender porque que os  
238 Auditores Fiscais do Trabalho têm que ter acesso a toda arrecadação e contribuição, sendo uma  
239 intervenção do Estado no Sindicato. O Sr. Luigi Nese complementou que não caberia no Artigo 11  
240 a designação de Fiscais exclusivamente para fiscalizar a contribuição sindical, já que não serão  
241 fiscalizados. O Sr. Marcello José Pinho Filho afirmou que na forma como o Artigo 11 está redigido,  
242 poderá ser quebrado o sigilo bancário e arrazoou que o TCU solicitou que haja controle em relação  
243 à arrecadação em relação às ações do Fundo de Amparo do Trabalhador, mas discorreu que isso não

244 pode avançar ao ponto que haja a interferência ou a possibilidade de ter acesso às contas na sua  
245 totalidade. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo lembrou que o TCU não está cobrando que  
246 fiscalizem e controlem a contribuição sindical, mas sim que tenham um sistema que permita  
247 verificar se a contribuição sindical está sendo arrecadada e que mencionou que em Pernambuco já  
248 estão realizando o levantamento e lançamento de débitos de contribuição sindical. Com relação aos  
249 textos, elucidou que o Ministério não inovou em relação ao que é formalmente colocado e  
250 estabelecido na CLT e que estão pensando em realizar alguns ajustes de alguns dos textos da CLT  
251 na contribuição sindical, como sobre o artigo que aborda que na cobrança da contribuição sindical é  
252 obrigatória a publicação de editais em três dias seguidos e sobre a normatização do que devia ser a  
253 contribuição e onde deveria ser utilizada. O Sr. Admilson Moreira dos Santos ponderou que  
254 deixaram claro no Artigo 1º da Lei o conceito da administração da arrecadação e explanou que  
255 retiraria a palavra ‘aplicação’ que dá alusão à questão do Artigo 592 da CLT. Esclareceu que  
256 quando abordavam sobre a questão da administração da arrecadação, basicamente era o que  
257 concerne à questão da normatização das obrigações acessórias e não definir como a entidade  
258 sindical deveria fazer essa aplicação dos recursos. Sobre a questão do §1º do Artigo 8º informou  
259 que o problema vem desde 2010, período em que o Banco do Brasil se negou a criar uma  
260 sistemática de arrecadação da contribuição rural e a Caixa Econômica Federal se negou a criar uma  
261 melhoria na sistemática de geração das informações para a contribuição urbana. Articulou que por  
262 isso foi colocado no artigo anterior que ainda caberia a Caixa Econômica Federal, de forma  
263 centralizada, controlar a arrecadação urbana e rural, mas criando uma via de escape ao monopólio  
264 legal. Com relação ao §4º do Artigo 10, lembrou que a prerrogativa do acesso dos Auditores Fiscais  
265 à conta corrente já existe na CLT, visto que o problema é como se dá hoje na Caixa Econômica a  
266 abertura dessa conta, porque em tese a conta poderia ter apenas recursos privativos da contribuição  
267 sindical e hoje é permitido que tenha recursos próprios. O Sr. Luigi Nese postulou que as guias têm  
268 que ser previamente aprovadas pela Caixa Econômica e compreendeu que poderiam enxugar o que  
269 está na CLT para transformar em algo claro. Com relação aos valores da tabela, intuiu que está  
270 sendo questionado, mas deveria ser uma obrigação do Ministério do Trabalho anualmente publicar  
271 essa tabela de arrecadação urbana para as entidades aplicá-la. O Sr. Rafael Ernesto Kieckbusch  
272 complementou que a vocação do Ministério para poder fazer o controle da arrecadação se prende  
273 porque recebem apenas 15% da informação pela Rede Bancária, sendo impossível realizar a  
274 fiscalização. O Sr. Admilson Moreira dos Santos comentou que o Ministério tem que criar a guia e

275 as informações que deseja, mas entendeu que a homologação da guia deve ser feita pela Caixa  
276 Econômica na hora do recolhimento. O Sr. Cristiano Zaranza relatou que a segregação de contas  
277 vem também do acórdão do TCU e que a proposta é uma tentativa de separar, pois estão partindo do  
278 pressuposto que o óbice constitucional eventualmente venha cair, tenha a possibilidade de entrar  
279 diretamente sem que estivesse violando o sigilo tributário. Ressaltou que a CNA não concorda com  
280 a proposta, por melhor que o texto venha a ser construído. O Sr. Admilson Moreira dos Santos  
281 destacou que a conta aberta na Caixa Econômica é exclusivamente para efeito de contribuição  
282 sindical e que a intenção é ter um paralelo com o Fundo de Garantia, para que se garanta liquidez e  
283 certeza no levantamento do débito. O Sr. Cristiano Zaranza explanou que a via que está sendo eleita  
284 para chegar ao recolhimento é transversa, pois existem outros caminhos para ter certeza do  
285 pagamento da contribuição. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo arrazoou que o Ministério tem  
286 que se incluir ao manter uma contribuição de caráter parafiscal e o Sr. Alain Alpin Mac Gregor  
287 relatou que foi uma conquista das entidades sindicais, patronais e laborais a inserção da não  
288 intervenção na esfera constitucional, que está no Inciso I do Artigo 8º e compreendeu que antes de  
289 entrarem na discussão da arrecadação e da segregação de receitas, devem lembrar de todo o trabalho  
290 que foi inserir na Constituição Federal o princípio da não intervenção. O Sr. Valeir Ertle intuiu que  
291 precisam discutir e que outra contribuição que seja obrigatória, tanto pelos Empregadores como  
292 pelos Trabalhadores, não irá resolver o problema. Elucidou que o Ministério do Trabalho tem que  
293 fiscalizar, pois a arrecadação é um pagamento do imposto sindical e afirmou que a CUT nunca  
294 concordará com as proposta de projeto e que não vão admitir em hipótese alguma a intervenção do  
295 Ministério do Trabalho nas entidades sindicais. Discorreu que as Centrais Sindicais e as  
296 Confederações Patronais precisam discutir para encontrar alternativas. O Sr. Manoel Messias  
297 Nascimento Melo propôs que sejam retirados os artigos que dizem onde devem ser aplicados os  
298 recursos e ponderou que existem algumas questões que não podem mudar a natureza tributária da  
299 contribuição sindical porque está na Constituição. O Sr. Admilson Moreira dos Santos deixou claro  
300 que precisam ter uma sistemática igual ao Fundo de Garantia para levantar o débito, ou terão que  
301 retirar a obrigação da fiscalização. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo explanou que não  
302 podem mais, como Gestores, desconsiderar a obrigação que o TCU está impondo, sob pena de  
303 serem punidos e ressaltou que está à disposição para recolher proposições para analisar. O Sr.  
304 Pascoal Carneiro intuiu que a reunião foi excelente e discorreu que a Bancada dos Trabalhadores  
305 entendeu o apelo do Secretário e que a mesma está deixando a posição que não tem acordo com o

306 texto. Ponderou que no Seminário da Bancada dos Trabalhadores, o tema será uns dos primeiros  
307 pontos de pauta que tratarão para que tragam as contribuições. O Sr. Luigi Nese propôs que  
308 fizessem uma nova consulta ao Tribunal de Contas e compreendeu que devem analisar o aspecto de  
309 prevalecer a Constituição acima da CLT. O Sr. Elias D'Ângelo Borges explanou que existe um  
310 problema para os trabalhadores rurais com relação à questão de arrecadação da contribuição  
311 sindical que precisa ser resolvido. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo ressaltou que estão  
312 sendo transparentes com as duas Bancadas em relação a esse tema, sendo que todo o material foi  
313 socializado e realizou um apelo, no sentido de que se debruçem sobre a questão, de verdade.  
314 Afirmou que concorda com o Sr. Luigi Nese que não precisaria entrar nas contas, mas para isso tem  
315 que haver um guia. Informou que estão encaminhando a partir dessa reunião para a bipartite um  
316 debate sobre o impacto da Lei de Motoristas Profissionais na organização sindical e na  
317 representação sindical, para a questão de desmembramento e dissociação. O Sr. Francisco Canindé  
318 Pegado do Nascimento informou que a UGT traz como indicativo que existe a possibilidade de  
319 haver a dissociação na categoria para existir os Sindicatos de Condutores em Transportes  
320 Rodoviários de Cargas Próprias. O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo comunicou que o GT da  
321 Ordem dos Músicos se encerrou e será apresentado o relatório para todos e que o GT de Tramitação  
322 foi prorrogado e prepararão o relatório. Com relação às Portarias de Registro Sindical, arrazouo que  
323 conversaram nas duas Câmaras Bipartites e abriram um prazo até 16 de março para ter novas  
324 proposições, sendo que não houve nenhuma e que serão realizados os ajustes finais e com base nas  
325 mesmas, será preparado uma Nota Técnica e tramitará. Discorreu que se alguém tiver algum  
326 comentário com relação à Ata da última Reunião Ordinária deve enviar, porque na próxima reunião  
327 será aprovada. **ENCERRAMENTO:** O Sr. Manoel Messias Nascimento Melo agradeceu a  
328 presença de todos e encerrou a reunião.

329 Manoel Messias Nascimento Melo – Secretário de Relações do Trabalho \_\_\_\_\_

330 Adriana Rosa dos Santos, Representante do GM/MTE \_\_\_\_\_

331 Alex Sandro Gonçalves Pereira, Representante do GM/MTE \_\_\_\_\_

332 Paulo Sérgio de Almeida, Representante da SIT/MTE \_\_\_\_\_

333 Sinara Neves Ferreira, Representante da SPPE/MTE \_\_\_\_\_

334 Danielle Kineipp de Souza, Representante da SPPE/MTE \_\_\_\_\_

335 Carlos Arthur Barboza, Representante da SRT/MTE \_\_\_\_\_

336 Eudes da Silva Carneiro, Representante da SRT/MTE \_\_\_\_\_

- 337 Mauro Rodrigues de Souza, Representante da SRT/MTE\_\_\_\_\_
- 338 Magnus Ribas Apostólico, Representante da CONSIF\_\_\_\_\_
- 339 Gabriela de Britto Maluf, Representante da CONSIF\_\_\_\_\_
- 340 Adriana Giuntini, Representante da CNT\_\_\_\_\_
- 341 Pablo Rolim Carneiro, Representante da CNI\_\_\_\_\_
- 342 Luigi Nese, Representante da CNS\_\_\_\_\_
- 343 Alexandre Venzon Zanetti, Representante da CNS \_\_\_\_\_
- 344 Rafael Ernesto Kieckbusch, Representante da CNI \_\_\_\_\_
- 345 Marcello José Pinho Filho, Representante da CNI\_\_\_\_\_
- 346 Alain Alpin Mac Gregor, Representante da CNC\_\_\_\_\_
- 347 Cristiano Zaranza, representante da CNA \_\_\_\_\_
- 348 Willian Soares de Oliveira, representante da CNCOOP \_\_\_\_\_
- 349 João Adilberto Pereira Xavier, representante da CNS\_\_\_\_\_
- 350 Danilo Piva Junior, representante da CNTUR\_\_\_\_\_
- 351 Pascoal Carneiro, Representante da CTB \_\_\_\_\_
- 352 Jacy Afonso de Melo, Representante da CUT\_\_\_\_\_
- 353 Pedro Armengol de Souza, Representante da CUT\_\_\_\_\_
- 354 Valeir Ertle, Representante da CUT\_\_\_\_\_
- 355 Elias D'Ângelo Borges, Representante da CUT\_\_\_\_\_
- 356 Luís Carlos Barbosa, Representante da Força Sindical\_\_\_\_\_
- 357 Francisco Canindé Pegado do Nascimento, Representante da UGT\_\_\_\_\_
- 358 Sebastião José da Silva, representante da NCST\_\_\_\_\_